Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Quem avisa...

Há poucas semanas, o então presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso, enviou um alerta à empresa fundada na Rússia. "O Brasil não é casa da sogra para ter aplicativos que façam apologia ao nazismo, ao terrorismo, que vendam armas ou que sejam sede de ataques à democracia que a nossa geração lutou tanto para construir", disse, em entrevista ao *O Globo*.

É caro, mas pode

O Supremo Tribunal Federal decidiu que o Poder Judiciário não pode proibir aumento de tarifa telefônica acima da inflação, se foi autorizado por uma agência reguladora. A maioria do plenário acompanhou o voto do ministro relator, Marco Aurélio (aposentado), segundo o qual uma interferência do Judiciário em ato autorizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) contraria o princípio constitucional de separação dos Poderes.

Missão cumprida

O embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, anunciou ontem que está encerrando o seu ciclo no país. "Os três anos que passei neste nobre país foram uma experiência valiosa na minha carreira diplomática, uma oportunidade pela qual me sinto profundamente honrado e orgulhoso", escreveu o diplomata nas redes sociais.

STF reage à guerra eleitoral no Telegram

Uma semana depois de o Tribunal Superior Eleitoral firmar parceria com plataformas digitais a fim de evitar a desinformação durante a campanha das eleições, o futuro presidente da Corte, ministro Alexandre de Moraes, jogou duro com uma das empresas ausentes na assinatura do acordo. Moraes determinou que a plataforma Telegram suspenda, em até 24 horas, alguns perfis de usuários. Caso descumpra a ordem judicial, a plataforma pode sofrer multa e bloqueio por um período inicial de 48 horas. A decisão de Moraes mira um personagem que acumula embates frequentes com a Corte máxima de Justiça no Brasil: o blogueiro Allan dos Santos.

Segundo Moraes, o jornalista utilizou três perfis no Telegram para a "propagação de ataques ao Estado Democrático de Direito" e a diferentes instituições da República, dentres as quais o Supremo. O ministro também se manifestou especificamente à rede social que se tornou a coqueluche dos bolsonaristas. "Efetivamente, o uso do Telegram se revela como mais um dos artifícios utilizados pelo investigado para reproduzir o conteúdo que já foi objeto de bloqueio nestes autos, burlando decisão judicial, o que pode caracterizar, inclusive, o crime de desobediência a decisão judicial", disse o ministro.



Com regras de funcionamento menos rígidas, o Telegram atrai extremistas banidos de redes como Facebook, Twitter e YouTube. É por meio da plataforma que o blogueiro Allan dos Santos, foragido da Justiça, se comunica diariamente com seus apoiadores. Mais de 121 mil pessoas o acompanham na rede.

Má recordação

Wanming também enfrentou dissabores em Brasília. Em março de 2020, respondeu de forma ríspida ao deputado federal Eduardo Bolsonaro (União Brasil-SP), que acusou a China de omitir ao mundo a gravidade do novo coronavírus. O embaixador classificou as palavras do 03 de "insulto maléfico contra a China", exigiu retratação imediata e disse que o parlamentar havia contraído um "vírus mental".

Promessa é dívida

Fonte de preocupação de dez entre dez governadores, a mobilização de policiais por melhores salários provocou uma crise em Minas Gerais. "O problema da revolta não é a greve, é a mentira. Eu concordo com o governador. Se não tem dinheiro, não pague, porque não tem dinheiro. E principalmente: não prometa. Não pode prometer", afirmou Kalil. "Quem provocou essa confusão foi o governo (Zema) que prometeu 40%. Não foi a polícia nem as forças de segurança", disse. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais determinou que policiais civis e penais do estado, duas das dez categorias das forças de segurança em greve, voltem ao trabalho.

Guerra só não é a mais sórdida de todas as palavras porque perde para o nome de quem a inicia"

Carlos Ayres Britto, *ex-presidente do STF*

PODER

Insatisfação no Republicanos

Integrante do Centrão, o partido está descontente com o tratamento que tem recebido do Planalto e pode deixar a base do governo

» TAÍSA MEDEIROS
» TAINÁ ANDRADE

Integrantes do Republicanos estão descontentes com o tratamento recebido por parte do governo Jair Bolsonaro e já há rumores de que o partido pode deixar a base do governo.

"Os membros estão indo, em sua maioria, ao PL, em detrimento do Republicanos. Nós não estamos sendo tratados com o mesmo tipo de posicionamento dado aos demais partidos", reclamou o deputado Vinícius Carvalho (PRB-SP). Ele frisou que a legenda tem sido leal ao governo.

Um interlocutor do partido disse ao **Correio** que o motivo da eventual saída da base de governo são as próprias atitudes do presidente. "A partir do momento em que a gente começou a conhecer mais de perto as ações do mandato de Bolsonaro, que são as mesmas da época de deputado federal, a coisa ficou difícil", afirmou, sob a condição de anonimato. "A gente esperou para ver se a coisa ia melhorar. Ferir menos a imprensa, aglomerar menos, falar menos. Não foi nada daquilo. Quem está ficando com ele é só por interesse."

Um parlamentar afirmou, também sob sigilo, que o maior descontentamento ocorreu quando Bolsonaro, supostamente, orientou o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas; e a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, a não se filiarem ao Republicanos e, sim, à sua legenda, o PL. "Ele quer fazer uma política partidária apenas com o PL e com o PP. Não acredito que a gente fique neutro. Vamos definir, mais em abril, o caminho que o partido irá seguir", comentou.

Para o deputado Celso Russomano (PRB-SP), porém, não há possibilidade de a sigla deixar a base do governo. "Há alguns deputados que têm um viés mais voltado para o centro, a esquerda... Eles ficam plantando isso. Essa vontade interna não é da maioria", assegurou.

Na quarta-feira, o presidente da sigla, Marcos Pereira, disse que Bolsonaro "só atrapalha" as negociações para que a legenda atraia nomes na janela partidária. "Está caminhando bem a vinda de novos parlamentares. A gente vai sair um pouco maior do que é, sem a ajuda do presidente, porque, até agora, ele só atrapalhou", disparou.

Mourão

A data prevista para a filiação do vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB-RS) ao Republicanos é 16 de março. Segundo interlocutores, o general vai concorrer a uma vaga no Senado. A chegada do vice ao partido poderá ser uma maneira de "acalmar os ânimos".

Elogios de Moro

O pré-candidato à Presidência Sergio Moro (Podemos) fez questão de parabenizar o vice-presidente Hamilton Mourão pelo anúncio de sua filiação ao Republicanos. Em publicação, na noite de quinta-feira, nas redes sociais, o presidenciável descreveu o general como "uma voz sensata na República" e aproveitou para fazer um aceno ao presidente da legenda, Marcos Pereira. Com a relação estremecida do Republicanos com o Planalto, o ex-ministro vê espaço para tentar estreitar sua relação com o partido, que é ligado à Igreja Universal.

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Carvalho reclamou que Bolsonaro não dispensa ao partido o mesmo tratamento dado a outras siglas

» Propaganda partidária começa hoje

A veiculação da propaganda partidária gratuita em emissoras de rádio e televisão tem início hoje. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na modalidade de inserções nacionais, o PSol será a primeira legenda a levar ao ar o anúncio. A divulgação será das 19h30 às 22h30, às terças, quintas e sábados. Diferentemente da propaganda eleitoral, que propõe, de fato, conquistar o voto do eleitor e deve começar em agosto, a propaganda partidária tem como objetivo mostrar a execução do programa da legenda e divulgar as atividades do partido.

Frente evangélica revoltada com governo

» RAPHAEL FELICE
» TAÍSA MEDEIROS
» TAINÁ ANDRADE

A aprovação na Câmara do PL 442/91, que regulariza os jogos de azar no Brasil, causou revolta entre os deputados da Frente Parlamentar Evangélica (FPE). Apesar das traições dentro do próprio grupo — em que 15 dos 196 deputados votaram a favor —, o sentimento de indignação foi direcionado a outros dois alvos: o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-PI), um dos caciques do Centrão; e o líder do governo na Casa, Ricardo Barros (PP-PR). Na avaliação de deputados, o governo não trabalhou para conter a proposta.

O aval ao projeto também causou uma espécie de ruptura velada com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), entusiasta da matéria. De forma reservada, um deputado da Frente disse que houve desgaste na imagem do político alagoano entre os evangélicos da Casa. Ele acredita que haverá impacto no apoio à reeleição do parlamentar ao comando da Câmara.

Responsável por articular o movimento contrário à votação do projeto e autor do requerimento de retirada da pauta, o líder da bancada evangélica, Sóstenes Cavalcante (União-RJ), acredita que houve pressão de líderes de partidos.

"O que nos deixou mais incomodados foi a atitude da liderança em liberar a votação. Arthur Lira e Ciro Nogueira, assim como Ricardo Barros, são interessados nessa liberação, que é uma antiga meta do PP. Os três estão totalmente divorciados do pensamento ideológico do presidente Jair Bolsonaro (PL) e usaram a Casa Civil para aprovar", declarou.

Mesmo com ameaças de retaliações, não há consenso na ala evangélica. Deputados defendem os dogmas da igreja, mas enfatizam os benefícios que a regulamentação trará ao país. Apesar de ter votado contra, Celso Russomano (PRB-SP) destacou que a mudança pode ter benefícios na área econômica. "O lado ruim (dos jogos) é que as pessoas perdem o controle, mas tem o lado bom. Vamos parar de ver o jogo sendo presente na vida das pessoas, mas não presente na arrecadação do Estado", disse.

Representante de um dos estados com maior potencial de lucro com a legalização, o deputado federal Aluísio Mendes (PSC-MA) frisou os ganhos para a economia e reforçou que o jogo já existe no Brasil, mas o lucro acaba indo para outros países, como no caso dos jogos on-line.

"Eu acho um pouco de hipocrisia dizer que jogo no Brasil não acontece. Acontece em várias modalidades. Além da arrecadação, o jogo vai fomentar a criação de empregos", opinou.